



Faça sua busca

buscar

Assine

E-mail

SAC

Canais

**Observatório da Imprensa**

Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

Domingo, 25 de outubro de 2009

ISSN 1519-7670 - Ano 14 - nº 546 - 19/10/2009



FORD FOUNDATION



OBSERVATÓRIO | SEÇÕES | BLOGS | OI NA TV | OI NO RÁDIO | SERVIÇOS | CONTATO

Busca

Feitos & Desfeitas

[Início](#) > [Índice Geral](#) > [Feitos & Desfeitas](#)[\[imprimir\]](#) [\[enviar por email\]](#) [\[link permanente\]](#)

CRIME, RPG E IMPRENSA

Os erros no caso de Ouro Preto

Por **Cynthia Semíramis Machado Vianna** em 14/7/2009

"Em outubro de 2001, uma estudante foi encontrada morta a facadas num cemitério de Ouro Preto (MG). Os investigadores e a mídia alegaram que a morte foi causada por um jogo de RPG. Essa abordagem gerou uma onda de fúria contra o jogo (inclusive com a tentativa de proibir os livros de RPG) e, em seguida, uma série de críticas aos que associaram o jogo ao crime e ao satanismo, como se pôde ver nas edições 145, 146 e 148 do *Observatório da Imprensa*."

Com o parágrafo acima, iniciei [um artigo](#) publicado neste *Observatório da Imprensa* em janeiro de 2005, demonstrando que os meios de comunicação, mais de três anos depois do crime em Ouro Preto, continuavam uma campanha de desinformação, relacionando indevidamente os *role-playing games* (mais conhecidos como RPG) com o que algumas autoridades supunham ser magia negra e rituais satânicos ligados a um homicídio.

Na primeira semana de julho deste ano, os acusados do crime em Ouro Preto foram julgados. Nos dias que antecederam o julgamento, a mídia repetia *ad nauseam* as alegações do Ministério Público. No domingo de madrugada, Fernanda Lizardo avisou no [Twitter](#) que o julgamento havia terminado e os acusados foram absolvidos.

O papel da imprensa

Algumas horas depois, começaram a surgir nos portais de notícias informações sobre a absolvição. Em sua maioria, mal-escritas, noticiando a absolvição e, em seguida, fazendo supor que o julgamento estava em andamento ainda, ou repetindo as alegações da acusação (que, a essa hora, já haviam sido descartadas pelos jurados), como fica evidente [nesta matéria](#) da Folha Online. No [Globo](#), comentários aleatórios sobre pontos mencionados no processo estavam misturados ao texto que informava a absolvição.

O [Uai](#) chegou ao ponto de, na nota sobre a absolvição, colocar apenas um link para o verbete RPG da wikipedia. Deveria ter explicado o jogo no corpo do texto, já que

[+ A](#) | [- A](#)

Cynthia Semíramis Machado Vianna

Professora do curso de Comunicação Social da UFMG, mestra em Direito

Outros artigos desta Seção

FUTEBOL & POLÍTICA

[O Brasil está na banheira](#)
Deonísio da Silva
14/7/2009

QUESTÃO DE CURRÍCULO

[Quem não Lattes...](#)
Gabriel Perissé
14/7/2009

MICHAEL JACKSON (1958-2009)

[O que fizemos com MJ](#)
Magda de Almeida
14/7/2009

A cena cultural curva-se ao cenário cibernético

Tatiane Mendes
14/7/2009

A TRIBUNA

[De batatada em batatada](#)
Ivan Berger
14/7/2009

CRIME, RPG E IMPRENSA

Os erros no caso de Ouro Preto
Cynthia Semíramis Machado Vianna
14/7/2009

toda a argumentação (mal-sucedida) do Ministério Público foi focada em relacionar RPG ao homicídio.

O Terra afirmou, ao noticiar a absolvição: "Os quatro jovens, entre eles a prima de Aline, foram denunciados pelo Ministério Público como adeptos de rituais de RPG, praticantes de cerimônias satânicas e usuários de drogas." A obsessão em atribuir o caso ao RPG (que é um jogo, não um ritual) e a supostas cerimônias satânicas (o que se entende por satanismo? E não é crime professar religião, mesmo que não-monoteísta ou não-cristã) apagou a acusação principal: o homicídio.

Em seguida, houve uma mudança de tom: a imprensa queria saber quem matou Aline e lamentou os oito anos de processo, que resultaram em um caso encerrado sem encontrar o culpado. Isso pode ser visto principalmente no Uai, Super e Ouro Preto. Em momento algum analisaram ou criticaram o papel da imprensa no caso.

Absolvição não apaga prejuízos

Qual deveria ter sido o papel da imprensa neste caso?

A imprensa não deveria ter se contentado em somente transcrever as informações fornecidas pelos investigadores. Houve a opção pela simples reprodução das informações, que foram divulgadas como verdade, embora se tratassem de possibilidades de esclarecimento do caso que poderiam, ou não, ser confirmadas. É o que pode ser conceituado como "jornalismo de aspas", focado em apenas reproduzir as falas das fontes, como se apenas transcrever a fala fornecesse a informação necessária para o entendimento do caso. Esqueceram-se que tanto o inquérito policial quanto a atuação do Ministério Público são focadas na acusação e condenação, portanto, extremamente parciais e tendenciosas. Ao repetirem o que as autoridades falavam, amplificaram a voz da acusação, promovendo uma presunção de culpa que gerou a destruição da imagem dos acusados, num verdadeiro linchamento público.

A imprensa deveria ter pesquisado e criticado as informações recebidas, divulgando as discrepâncias da investigação policial. Se houvesse um mínimo de pesquisa, não haveria a deturpação sobre jogos de RPG. Mais ainda, a pressão da imprensa, expondo os absurdos e preconceitos relacionados ao jogo, obrigaria as autoridades a abordarem outras linhas de investigação, não se restringindo à versão mais fantasiosa delas.

A imprensa deveria ter respeitado tanto a vítima quanto os acusados. A vítima foi desrespeitada quando jornais fizeram a opção pelo sensacionalismo, ao invés de tanto investigadores quanto mídia se dedicarem a esclarecer o crime. Os acusados foram desrespeitados ao serem expostos como criminosos (e não como acusados) e associados a diversos comportamentos tidos socialmente como prejudiciais. Estes anos todos foram de isolamento e perseguição dos acusados: tiveram de mudar de cidade, deixar a faculdade, perderam amigos e o apoio da família. Não há a menor dúvida de que a repercussão do caso na mídia foi fundamental para essa condenação social. A absolvição no tribunal do júri não apaga todos os prejuízos que tiveram nesses oito anos, sendo que a maior parte dessa situação poderia ter sido evitada se a mídia tivesse mais cuidado com a abordagem do caso.

Jornalistas desinformados

A imprensa deveria ter respeitado a inteligência do público. Foram oito anos deturpando o jogo de RPG, presumindo rituais de magia onde não existiam sequer indícios dessa prática, insuflando a condenação dos acusados. Após a absolvição, as matérias passaram a criticar as autoridades e brigar pelo esclarecimento do crime, questionando a postura policial. No entanto, em 2001, quando deveriam ter feito esses questionamentos, preferiram tratar os investigadores como donos da verdade. Dias antes do julgamento, apostavam na condenação dos acusados; após a absolvição,

MÍDIA & POLÍCIA

Dois pesos e duas medidas?
Claudia Magnólia
14/7/2009

CIRQUE DU SOLEIL

O jornal no picadeiro
Sebastião Jorge
14/7/2009

BOM DIA BRASIL

Ordem e progresso na educação brasileira
Felipe Barth
14/7/2009

MÍDIA & SOCIEDADE

Estudo sobre elucidação de homicídios apresenta contradições
George Felipe de Lima Dantas
14/7/2009

CASO EDMAR MOREIRA

Um minuto de silêncio pela moralidade brasileira
Leonardo Passos
14/7/2009

COREIA DO NORTE

Quando a morte vende mais que cerveja...
Erick da Silva Cerqueira
14/7/2009

CASO FOLHA-DILMA

Assinantes lesados merecem ser indenizados
Fábio de Oliveira Ribeiro
14/7/2009

OBSERVAÇÃO DO LEITOR

O vergonhoso espetáculo do Senado
Antonio José de Oliveira Lima
14/7/2009

Últimos 5 artigos de Cynthia Semíramis Machado Vianna

MATERNIDADE NA MÍDIA

Significados distorcidos, idéias retrógradas
26/5/2009

CASO SANTO ANDRÉ

Violência contra mulheres incentivada pela mídia
28/10/2008

Mais artigos de Cynthia Semíramis Machado Vianna >>

optaram por ignorar oito anos de manipulação e linchamento de acusados, desviando o foco da discussão para a ausência de culpados, procurando fazer com que o público esquecesse o papel vergonhoso que a imprensa teve no direcionamento deste caso.

Como nenhuma dessas responsabilidades foi cumprida pela grande mídia, o resultado é a tragédia que se tornou o caso: autoridades policiais e judiciárias desacreditadas, um homicida não-identificado, uma vítima de crime que não foi solucionado, acusados inocentados, mas com vidas extremamente prejudicadas, jogadores de RPG perseguidos, proposições e leis proibindo a venda ou restringindo a divulgação de livros de RPG.

Além disso, há o fato de que os meios de comunicação aceitaram ser manipulados para incentivar o sensacionalismo, contribuindo para a crise de credibilidade que atinge a imprensa brasileira. Não é de surpreender que as informações mais esclarecedoras sobre o caso tenham vindo não da mídia tradicional, mas de blogs e jornais menores, como fica claro neste post do Felipe Amorim e na entrevista e nesta observação da Fernanda Lizardo: "Comecei a cobrir o caso por conta própria depois de muito bater boca com jornalistas desinformados" ([ver aqui](#)).

Linchamento público

É importante deixar claro que as informações sobre o caso mostram que tanto o inquérito policial quanto o processo judicial não foram um primor de eficiência. O Ministério Público chegou a admitir que houve falhas na acusação: "Essas falhas foram preponderantes para a sentença. Tentar recuperar provas depois de muito tempo é difícil, os autos e as provas têm que ser feitos na época certa" ([ver aqui](#)). No entanto, tais falhas poderiam ter sido apontadas e corrigidas pela pressão de jornalistas, que deveriam ter questionado as autoridades na época do crime, ao invés de terem atuado como porta-vozes delas, abraçando com fervor a tese (agora desacreditada) da culpa do RPG.

Nota-se, pelas descrições e análises anteriores, que no caso de Ouro Preto não houve o menor respeito ao Código de Ética dos Jornalistas, especialmente art. 4º ("O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação"), art. 9º ("A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística"), art. 11, II, (veda a divulgação de informações de "caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes"), e art. 12. ("O jornalista deve: I - ressaltadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas; II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público").

Este é um caso que não pode ser abafado. Precisa ser estudado a sério, tanto quanto o da Escola Base, para evitar que novas vítimas da imprensa sejam feitas frequentemente, com base no sensacionalismo, na desinformação e na violação do Código de Ética dos jornalistas. Afinal, se a função da imprensa é informar, não se pode ignorar quando os meios de comunicação adotam posicionamentos que permitem linchamento público de acusados e manipulação da opinião pública.

Comentários (4)

[Comentar](#)

[Compartilhe](#)

[\[imprimir\]](#) [\[enviar por email\]](#) [\[link permanente\]](#)



ComCiência

